

Relatório de Gestão Atuarial

Triênio 2019-2021

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
COMPARATIVO DAS RECEITAS ESTIMADAS E REALIZADAS	3
COMPARATIVO DAS DESPESAS ESTIMADAS E REALIZADAS.....	4
QUANTITATIVO DE SEGURADOS	4
RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	4
CUSTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS	5
CONCLUSÃO	5

Introdução

Este relatório constitui importante ferramenta de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, e contempla a análise sintética dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

- Exercício 2019 (data-base: 31/12/2018)
- Exercício 2020 (data-base: 31/12/2019)
- Exercício 2021 (data-base: 31/12/2020)

Comparativo das receitas estimadas e realizadas

RECEITA			
ANO	RECEITA ESTIMADA	RECEITA REALIZADA	VARIAÇÃO
2019	R\$ 45.037.734,37	R\$ 109.787.461,41	143,77%
2020	R\$ 56.110.363,08	R\$ 63.531.732,81	13,23%
2021	R\$ 66.088.361,08	R\$ 70.168.846,98	6,17%

* As receitas estimadas foram identificadas no Demonstrativo da Projeção Atuarial do exercício indicado, e as receitas realizadas foram apuradas nos respectivos Balancetes das Receitas.

Não obstante à pandemia enfrentada também no exercício 2021 e a determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para a alteração na forma de contabilização das receitas, a receita realizada se manteve superior à estimada.

Comparativo das despesas estimadas e realizadas

DESPESA			
ANO	DESPESA ESTIMADA	DESPESA REALIZADA	VARIAÇÃO
2019	R\$ 26.937.933,10	R\$ 22.239.696,55	(17,44%)
2020	R\$ 42.277.874,54	R\$ 28.805.530,51	(31,87%)
2021	R\$ 40.857.698,46	R\$ 40.715.738,71	(0,18%)

* As despesas estimadas foram identificadas na Projeção Atuarial do exercício indicado, e as despesas realizadas foram apuradas nos respectivos Balancetes das Despesas.

Não obstante o aumento da despesa realizada ao longo dos anos percebe-se uma variação negativa entre a despesa estimada e a realizada, consequência do aumento do número de servidores em regime de abono de permanência, o que diminuiu drasticamente no último exercício em função do aumento de aposentadorias e morte de servidores devido à pandemia.

Quantitativo de segurados

ANO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
2019	3.947	347	128
2020	4.189	391	140
2021	4.185	472	172

Resultados da Avaliação Atuarial

	2019	2020	2021
Reservas técnicas	R\$ 388.792.343,18	R\$ 482.242.327,21	R\$ 531.615.965,51
Provisões matemáticas previdenciárias	R\$ 443.871.117,35	R\$ 636.317.011,65	R\$ 954.324.245,84
Provisões matemáticas de benefícios concedidos	R\$ 211.799.828,14	R\$ 302.344.318,74	R\$ 426.182.269,25
Provisões matemáticas de benefícios a conceder	R\$ 396.638.683,70	R\$ 498.540.087,40	R\$ 882.512.472,13
Plano de amortização	R\$ 164.567.394,49	R\$ 164.567.394,49	R\$ 164.567.394,49
Resultado Atuarial	(R\$ 55.078.774,17)	(R\$ 154.074.684,44)	(R\$ 422.708.280,33)

Custo do Plano de Benefícios

ANO	CUSTO TOTAL
2019	30,62%
2020	32,06%
2021	33,00%

Conclusão

Os exercícios em análise apresentaram déficit técnico atuarial.

O valor do déficit vem sofrendo incremento em função do aumento da máquina pública que desencadeou o ingresso de servidores por meio de concursos públicos, progressões e promoções retroativas, bem como alterações de carga horária em alguns cargos existentes; redução na taxa de juros; aumento da expectativa de vida e alteração pelo IBGE das tábuas de mortalidade utilizadas.

O Executivo vem implementando ações de forma a sanar o déficit atuarial, como o aumento da alíquota patronal de 16,79% para 18,00%, conforme Lei Complementar nº. 65, de 26 de junho de 2017 e instituição do plano de amortização, como trata a Lei Municipal nº. 2.348, de 05 de julho de 2017, que visa equacionar o déficit apurado ao longo dos anos de 2000 a 2017. Para os exercícios 2018 a 2021, o Instituto já iniciou tratativas junto ao Executivo no sentido de revisar o plano de amortização. Fora adequada a alíquota de contribuição do servidor para 14,00% conforme Lei Complementar nº. 77 de 01 de março de 2021, criada a previdência complementar conforme Lei Municipal nº. 2.571 de 27 de setembro de 2021 e alterada a forma de cálculo da taxa de administração do Instituto conforme Lei Complementar nº. 79 de 05 de julho de 2021.

Este relatório foi apresentado ao Conselho Deliberativo em: 30/03/2022 ata nº 299

Caraguatatuba, 31 de março de 2022.

PEDRO IVO DE SOUSA TAU
PRESIDENTE DO CARAGUAPREV
CERTIFICAÇÃO: ANBIMA CPA-10

LUANA MOUSSALLI FORCIONI GUEDES
DIRETORA FINANCEIRA
CERTIFICAÇÃO: ANBIMA CPA-10

ROSE ELLEN DE OLIVEIRA FARIA
DIRETORA DE BENEFÍCIOS